



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

(Tradução)

**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo
Sr. Deputado à Assembleia Legislativa José Maria Pereira Coutinho**

Em cumprimento das orientações de S. Exa. o Chefe do Executivo, relativamente à interpelação escrita apresentada em 23 de Dezembro de 2015 pelo Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, encaminhada através do escritório da Assembleia Legislativa nº 1103/E858/V/GPAL/2015, de 28 de Dezembro de 2015, e recebida em 29 de Dezembro de 2015 pelo Gabinete do Chefe do Executivo, vem o signatário responder o seguinte:

No respeitante ao tratamento dos processos de conflitos laborais, sendo a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) o serviço competente para o âmbito do trabalho, tem feito a investigação de casos de infracção de leis e regulamentos da área do trabalho nos termos da lei, assegurando os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores. Relativamente aos trabalhadores residentes despedidos, a DSAL proporciona o “one stop service” para estes, não só dando acompanhamento às questões sobre os direitos laborais, mas também tomando a iniciativa em conhecer os seus interesses profissionais, prestando sugestões e informações sobre a formação profissional, a fim de os apoiar na elevação de técnicas profissionais para atingir o objectivo da reintegração no mercado de trabalho com a maior brevidade possível.

Em conformidade com os dados da DSAL, em 2015 foram instaurados 2 851 processos sobre conflitos laborais, dos quais foram concluídos, no mesmo ano, um total de 1 737 processos, representando uma taxa de resolução de 61% naquele ano, sendo que a duração média para a conclusão de cada processo é de cerca de 3 meses. De entre os processos de queixas acima referidos, 1 496 trabalhadores foram envolvidos em casos de despedimento, dos quais 963 destes já foram concluídos, e os casos de improcedência representaram uma percentagem inferior a 30% (265 indivíduos), tendo sido arquivados. Quanto aos restantes casos que corresponderam a um número superior a 70% (698 indivíduos), após processo de coordenação da DSAL, apenas 2% (21 indivíduos) dos casos foram necessários o envio do auto ao órgão judicial para tratamento e acompanhamento, sendo os restantes casos resolvidos pela DSAL.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

A DSAL vai continuar a tratar os casos de conflitos laborais nos termos da lei de forma imparcial, cumprindo a sua competência para garantir os direitos legais das partes laboral e patronal.

Relativamente ao despedimento de trabalhadores na indústria do jogo, a DSAL tem prestado atenção ao funcionamento e situação de emprego da indústria do jogo. Para além de proporcionar o “one stop service” para os trabalhadores residentes, a DSAL organiza, de igual modo, cursos de formação diversificados para os trabalhadores residentes na indústria do jogo, de acordo com o ajustamento desta indústria, incentivando-os a obterem o certificado de qualificação profissional. Ao mesmo tempo, impulsiona e exige para que as empresas do jogo organizem mais cursos de formação para os seus trabalhadores, incluindo formação reconversão e formação remunerada. Estas medidas têm o intuito de apoiar os trabalhadores residentes da indústria do jogo para o aperfeiçoamento contínuo, participação na formação remunerada e obtenção do certificado de qualificação profissional, a fim de aumentar a sua capacidade quanto à mobilidade horizontal e vertical, bem como reservar pessoal qualificado, de modo a promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Os cursos de formação diversificados organizados pela DSAL abrangem línguas, atendimento ao cliente, técnicas de gestão, técnicas de vendas, reparação de slot machines, vendedores, electricidade, carpintaria, pintura, entre outros. De igual modo, organiza cursos de formação para profissões em que a procura é relativamente maior, como por exemplo em Dezembro de 2015, a DSAL implementou, pela primeira vez, o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de formação remunerada para trabalhadores ao serviço, para proporcionar aos indivíduos das classes de base que trabalham nessa área, aos que ingressaram nessa área há pouco tempo ou aos que pretendem mudar de emprego, uma formação de técnicas profissionais diversificadas sobre manutenção de instalações (alguns cursos serão conjugados com certificação através de exame), com o intuito de promover a mobilidade vertical e criar mais oportunidades de emprego para os trabalhadores residentes. Além disso, a DSAL irá ainda implementar, em conformidade com a situação económica e a evolução do mercado de trabalho, cursos para a atenuação de dificuldades destinados aos trabalhadores residentes mais necessitados e de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

sectores afectados, para os ajudar a elevar as suas técnicas profissionais e resolver os seus problemas financeiros mais urgentes.

Quanto à legislação específica que regula as associações sindicais, desde o retorno de Macau à Pátria em 1999 até agora, os deputados da Assembleia Legislativa já apresentaram sete vezes a proposta de lei sobre a “Lei reguladora do Direito Fundamental de Associação Sindical”, mas esta ainda não foi aprovada devido à existência de divergências, mostrando que a sociedade ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre a “Lei Sindical”. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem sempre mantido uma mente aberta sobre a formulação da “Lei Sindical” e atribui grande importância às diferentes opiniões sobre este assunto, mas devido à considerável complexidade desta proposta de lei e à dimensão do seu âmbito, é necessário obter o amplo consenso da sociedade de modo a executar o trabalho legislativo em causa de forma ordenada, para que a referida proposta de lei possa estar em maior conformidade com os interesses globais da sociedade de Macau. Para isso, o Governo vai continuar a ouvir, através de diversos meios, as opiniões e sugestões sobre a elaboração da Lei Sindical apresentadas pelos deputados e vários sectores sociais.

É necessário salientar que, embora não exista ainda em Macau uma legislação específica que regule as associações sindicais, o Governo da RAEM, através de uma série de diplomas, garante que os trabalhadores gozam do direito e liberdade de associação de reunião, de desfile, de manifestação, de organização e participação em associações sindicais e em greves, nomeadamente, através do artigo 27.º da “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau”, da Lei n.º 2/99/M (Regula o Direito de Associação), do artigo 155.º e disposições seguintes do “Código Civil”, da alínea f) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 4/98/M (Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais), da alínea 1) do artigo 10.º da Lei n.º 7/2008 (Lei das Relações de Trabalho) e do artigo 20.º da Lei n.º 21/2009 (Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes).

Por outro lado, o Governo da RAEM tem-se empenhado em manter relações laborais harmoniosas e estáveis através do mecanismo tripartido de comunicação e concertação, ou seja, trabalhadores, empregadores e Governo. A DSAL, como entidade competente para a fiscalização do trabalho, tem uma



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

posição neutra quando surgem conflitos sobre direitos laborais, assumindo o papel de plataforma de comunicação entre empregadores e trabalhadores, intervindo por sua iniciativa e promovendo activamente a comunicação e a concertação entre as partes, em condições de igualdade, assegurando que empregadores e trabalhadores chegam a um acordo de forma harmoniosa. Durante o processo de comunicação e concertação, garante-se que as opiniões das associações representativas dos trabalhadores e dos empregadores podem ser expressadas na sua totalidade. A conciliação através da concertação, além de produzir um resultado mais favorável, também contribui para o desenvolvimento de relações laborais harmoniosas e estáveis.

28 de Janeiro de 2016

O Director da DSAL,
Wong Chi Hong